

Aconteceu

Conflitos raciais questionam democracia norte-americana

A absolvição de quatro policiais brancos em Los Angeles que há um ano atrás espancaram um motorista negro após uma infração de trânsito, fato filmado por um cinegrafista amador e mostrado para o mundo todo, foi o estopim de uma série de manifestações e distúrbios que acabaram por se espalhar por um grande número de estados norte-americanos.

Os conflitos raciais não são novos nos EUA, porém nenhum anterior chegou ao nível dos que ocorreram na última semana. 49 pessoas morreram, 211 ficaram feridas em estado grave, 7.495 pessoas estão presas envolvidas em saques e agressões e os prejuízos chegam a mais de 600 milhões de dólares. Tropas federais foram enviadas a Los Angeles e o toque de recolher foi decretado.

Várias pesquisas realizadas por jornais e revistas norte-americanas apontaram que a população considera que a absolvição foi um erro e que o julgamento reflete preconceito racial contra os negros. O presidente da França, François Mitterrand, afirmou que a política dos EUA em relação

aos problemas sociais é "negligente".

Os distúrbios fragilizam a posição dos EUA em relação ao resto do mundo. Com altos índices de desemprego, especialmente entre os negros, com uma estrutura jurídica e social de discriminação e preconceito com relação aos negros e às minorias, a democracia americana se mostra ao mundo questionada por dentro dela mesma.

Mapa dos conflitos nos EUA



Principais choques raciais

Los Angeles (1965):
34 mortos e 1.000 feridos

New Jersey (1967):
26 mortos e 1.500 feridos

Detroit (1977):
43 mortos e 2.000 feridos

Miami (1980):
18 mortos e 400 feridos

ACONTECEU suspenso temporariamente para reformulações (página 2)

Rio-92 ficará sem a
Carta da Terra
(página 4)

Coordenador do CEDI recebe
prêmio ambientalista nos EUA
(página 2)

(X) Cadastrado

(^) Processado

056

Recessão e inflação diminuem custo industrial dos salários

Nos últimos dois anos, de março de 1990 até agora, o custo de uma cesta básica com produtos alimentícios, de higiene e limpeza, subiu 2.355%, conforme dados da Fundação Seade e do Dieese. No mesmo período, o salário mínimo teve correção de 2.513%, enquanto a inflação registrou 3.225%.

Segundo os dados da Seade-Dieese, essa cesta é baseada em famílias de quatro pessoas, com rendimento médio mensal de 10,3 salários mínimos. Nesses mesmos 24 meses, as entidades apuraram queda média de 20% nas receitas das pessoas ocupadas da Grande São Paulo. Para adquirir essa cesta, uma família de quatro pessoas comprometeu, em média, 1,5 salário mínimo mensal. Apenas no ano passado a cesta teve variação de 516%.

Um outro estudo, realizado entre janeiro e outubro do ano passado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado "Emprego, salário e valor da produção", mostra que a participação relativa dos salários no custo da produção industrial voltou a cair em 1991, em 1,8%, ante uma queda de 1,5% em 1990.

De acordo com o censo econômico de 1985, a fatia ocupada pelos salários no cômputo global do valor da produção industrial, era de 5,1%, valor considerado baixo. Com o advento dos planos Cruzado (1986) e Verão (1987), esse percentual se expandiu ligeiramente para 7,1%. Com o prolongamento do quadro recessivo, o número tende a encolher novamente, conforme pressagia Paulo Gonzaga, economista do IBGE. Para ele "isso indica uma

piora na distribuição funcional da renda no Brasil".

"Quando o valor da produção tem variação superior à da folha de pagamento, indica um encolhimento da participação dos salários no custo total da produção industrial", explica Paulo Gonzaga. Uma das razões desse comportamento, segundo o economista, foi o ajuste feito pelas indústrias, em razão da crise, via emprego. "O pessoal ocupado na produção apresentou uma redução de 10,2%, em 1991, enquanto a produtividade na indústria cresceu 10,8%, um recorde", destacou o economista do IBGE. Para ele o encolhimento da participação relativa dos salários nos custos das empresas pode estar indicando a ampliação das margens de lucros dos industriais. (*Gazeta Mercantil*, 5/3/92)

País cobra dívida de US\$ 10 bilhões

Enquanto neste início de mês o Comitê Assessor de Bancos, com o qual o Brasil renegocia uma dívida de cerca de US\$ 41,2 bilhões, divulgava nota suspendendo negociações até o final de abril, o governo brasileiro decidiu assumir a posição dos seus credores e, com o mesmo rigor, cobrar débitos de US\$ 10 bilhões devidos por países da América Latina e África.

A estratégia e a de reescalonar os débitos sem aceitar a redução do estoque da dívida, a partir de uma agenda de negociação que começa no dia oito de abril, com a Bolívia, e se estenderá até o final de junho, quando serão retomados os entendimentos para o pagamento das dívidas de Moçambique, República Dominicana e Guiné.

A estratégia de cobrança dos créditos brasileiros, a partir deste mês, dividiu os credores em dois blocos. No primeiro estão países latino-americanos (Bolívia, Uruguai, Peru, Equador, Costa Rica, Suriname e Nicarágua), além dos países africanos de língua portuguesa, que terão seus débitos negociados de forma bilateral. Já os demais devedores - Egito, Nigéria, Zâmbia, entre outros - serão chamados a negociar no âmbito do Clube de Paris, que reúne a dívida entre países.

O Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Camex) estuda também a alternativa de pagamento das dívidas com produtos, ou seja, fazer operações de conversão que, no entanto, ainda não estão regulamentadas. (*OESP*, 30/3/92)

Censo econômico não será feito até 1995, diz IBGE

Ao ser empossado, no último dia 31, o novo presidente do IBGE, Eurico Barbosa, declarou que o censo econômico de 1991 não foi realizado "por absoluta falta de recursos". Segundo ele, não será feito nos próximos anos, talvez nem mesmo em 1995, data prevista do novo censo.

Borba acredita ser possível compensar a falta de dados com as estatísticas anuais, mensais e outros indicadores. Disse também que promoverá reuniões com todos os grandes usuários do censo econômico, para debater como passar esse período sem os dados censitários. (*Folha de S. Paulo*, 31/3/92; *Gazeta Mercantil*, 31/3/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (interino): Orlando Joia ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do N. Cunha (Igrejas), Antonio Luigi Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Elie Ghanem (Política), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Editoração Eletrônica:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI

Rua Santo Amaro, 129

22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou

Av. Higienópolis, 983

01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Reforma ministerial

Para recompor sua base de apoio, Collor obriga definição do PSDB

Uma operação apressada, urdida pela presidência, tornou repentinamente demissionários todos os ministros. Nem todos sabiam dessa sua nova condição. Francisco Rezek, das Relações Exteriores, por exemplo, foi surpreendido quando estava fora do país em missão oficial.

De imediato, foi confirmado em seu cargo Marcílio Moreira, avaliando-se uma linha de caráter recessivo no combate à inflação, que paralisa a economia, eleva o desemprego e dissemina a miséria. Jarbas Passarinho - que agora parte - homem acostumado ao antigo esquema de poder do regime autoritário, cede lugar na Justiça a Célio Borja, que foi parlamentar governista de destaque no mesmo esquema. Faces conhecidas de outros tempos, como Pratinho de Moraes e Ângelo Calmon, não causam estranhamento num governo de composição tão mutante, mesmo que Collor, ao assumir, tenha prometido não incluir em sua equipe nenhum membro de governos anteriores e caminhar com ela até o final do mandato. Essa incoerência não pasma a mais ninguém, até porque o presidente foi eleito com um vibrante discurso moralizador da política e agora manipula um ministério crivado de denúncias de corrupção.

Nos ministros militares, o presidente não tocou. Confirmou também Adib Jatene, na Saúde, e Reinhold Stephanes, na Previdência, demembrada do Ministério do Trabalho, recém-empossados. Fez o mesmo com José Goldemberg, da Educação (que acumula interinamente a Secretaria do Meio Ambiente) e com Ricardo Fiúza, cavaleiro dos interesses fisiológicos do PFL, que mal tomou posse e já confirmou ter recebido um *jet-ski* da construtora OAS e US\$ 100 mil da Febraban para sua campanha eleitoral.

A manobra presidencial segue a trilha conhecida das ações estrepitosas e dos golpes de *marketing*, num percurso cujo ponto de partida é a imponência, gradativamente dissolvida em ocorrências policiais ou fracassos.

PSDB - A novidade veio com o convite a Hélio Jaguaribe, que abandonou a direção do PSDB para ocupar a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Habitualmente apocalíptico, o cientista político - autor do livro *Reforma ou caos* - logo que tomou posse descartou, seguro, a hipótese de catástrofe social. Não parou por aí a aproximação com os tucanos. Collor convocou abertamente a participação do PSDB. Na base desse gesto havia duas fortes motivações. Uma era a preocupação em recompor sua sutentação parlamentar no Congresso, requisito fundamental para desobstruir o caminho para os projetos do executivo. A outra era a intenção de recuperar popularidade, corroída paulatinamente pela combinação de uma postura arrogante com a evidente impotência para debelar a corrupção, ativar a economia, reduzir preços e melhorar as condições de vida da população.

Os dirigentes tucanos se reuniram para deliberar sobre a oferta de Collor e a votação interna empatou em 8 x 8. De qualquer forma, o resultado não permitia a aceitação da proposta do governo. Mas não demorou mais que uma semana para a Executiva Nacional do partido modificar sua posição de manter-se na oposição. Delegou a Tasso Jereissati, presidente nacional do partido, "poderes ilimitados" para negociar um programa mínimo para participar do governo e ... cargos. O programa apresentado era genérico e Collor o engoliu facilmente. Aspirando à retomada do crescimento econômico, enfatizava o combate à corrupção, a reforma do Estado, a prioridade ao desenvolvimento regional, a reformulação da política social, a proibição de funcionários públicos receberem presentes (recado para Fiúza?) e, de específico, o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados. Contudo, a economia e a questão previdenciária estão na alçada de ministérios colocados fora da negociação. As pastas cogitadas eram Infra-estrutura, Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Itamaraty.

Seriedade - A iniciativa do Planalto tirou os tucanos de cima do muro e os colocou contra a parede. O fundamento da indecisão tucana, neste caso, era a pouco provável regeneração do governo com a presença do partido, no curto prazo de seis meses que antecedem as eleições de outubro. Decidiram arriscar e, embora falassem em recuperar a credibilidade da gestão governamental e se dispor a dialogar "visando o interesse público", as verbas sob a responsabilidade dos cargos em negociação parecem ter sido mais eloquentes, somando valores que ultrapassam os Cr\$ 15 trilhões. Só pode restar pessimismo quanto à manutenção do espírito crítico do PSDB, dado o arranjo improvisado que resultou das gulosas pressões pela adesão.

Collor quis maior proximidade com adereços que expurgassem o governo de suas manchas, agregando à sua imagem algumas fontes de seriedade, honestidade e competência. Não era certo que essas expectativas se cumprissem e, não conseguindo depurar a do governo, o PSDB teria respingada a sua própria imagem.

O acordo não foi fechado porque o presidente não quis comprometer o apoio certo do PFL em troca de duvidosos e poucos votos tucanos no Congresso. Ofereceu propositalmente cargos que não satisfizeram o PSDB. Este errou por querer compor com o governo, quando poderia negar-se à promiscuidade, reconhecendo a incapacidade constitutiva e essencial da gestão Collor para realizar as aspirações da maioria da população. Virar as costas ao governo não é abdicar de responsabilidade política. Somente é assim na lógica predominante de que fazer política é o mesmo que saber ocupar postos na máquina do Estado. Herança histórica, essa lógica conduz devastadamente a maioria das forças políticas do país. (CEDI, 8/4/92)

Suframa aprova projetos para extração de madeira em Rondônia e no Amazonas

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aprovou, em 26/2, 57 projetos para a indústria madeireira em Rondônia e um no Amazonas. Todos os projetos em Rondônia estão concentrados na região entre as cidades de Ariquemes e Vilhena, ao longo da BR-364.

Os projetos aprovados representam a exploração de 114 mil metros cúbicos de madeira por ano - o suficiente para preencher quatro estádios do Maracanã. Esse volume pode ser ainda superior, pois alguns

projetos não especificaram a quantidade de madeira a ser utilizada.

As madeireiras ainda não apresentaram planos de manejo sustentável e só poderão iniciar a exploração efetiva após a sua aprovação, de acordo com o Ibama.

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino, da USP, estes projetos podem significar uma ameaça de degradação para a floresta.

Embora alertando que a extração de 114 mil metros cúbicos de madeira por ano é compatível téc-

nicamente com a capacidade da região ao longo da BR-364, as madeireiras beneficiadas deverão extrair, na prática, cerca de 600 mil metros cúbicos. "As madeireiras costumam extrair da mata cinco a seis vezes mais do que o permitido", afirmou. Segundo o geógrafo, o corte de árvores antes do tempo é outro hábito das madeireiras que operam na região. "Na falta de árvores adultas, as empresas cortam o que encontram pela frente". (*Gazeta Mercantil*, 21 e 23/3/92)

Novo imposto para combater o desmatamento

Criar impostos suficientemente pesados para tornar a especulação das terras na Amazônia anti-econômica seria, na avaliação do pesquisador Philip Fearnside do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpe), uma das formas mais eficazes de se conter os desmatamentos na região.

A proposta consta de uma carta enviada à imprensa na qual o pesquisador contesta o conteúdo de nota divulgada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), no dia 21/2.

A nota do Incra considera a interpretação de Fearnside sobre o problema amazônico como "errônea". Para o pesquisador, a política de assentamento do Incra estimula o desmatamento na região e o sistema de tributação existente favorece mais as áreas desmatadas do que as florestas preservadas. "Impostos altos sobre as pastagens impediriam a destruição", afirma.

Para o Incra não há outra forma, além do desmatamento, que torne possível a sobrevivência dos colonos em uma região como a amazônica. Apesar disso, o Instituto acrescenta que na região a lei exige a manutenção de uma área de florestas equivalente a 50% do tamanho da propriedade, enquanto que em outros estados esse percentual cai para 20%.

Fearnside afirma que o respeito aos 50% só existe na teoria e que o Código Florestal, apesar de exigir a manutenção de uma determinada área de floresta em cada propriedade, tem uma influência mínima sobre o comportamento dos moradores da região. Segundo o pesquisador, a retirada da mata chega a atingir, em alguns casos, a totalidade das propriedades. "Além disso, para cada hectare desmatado na Amazônia é concedida pelo Incra a titulação de outros cinco hectares", acrescentou. (*Gazeta Mercantil*, 22/3/92)

Ameaça de desaparecimento de espécies vegetais

O progresso das técnicas agrícolas e o impacto do crescimento populacional e industrial sobre o meio ambiente resultarão no desaparecimento de 40 mil espécies de plantas em todo o mundo até meados do próximo século, segundo um relatório da Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

Em relatório anterior, a FAO

citava ameaças semelhantes às espécies animais.

A extinção de variedades de plantas se torna um problema ainda maior à medida que a poluição e outros fatores se tornam nocivos às formas de vida existentes. Plantas que sobrevivem hoje podem não serem compatíveis com a poluição dos próximos anos, por exemplo. (*Gazeta Mercantil*, 25/3/92)

Conama adia votação de leis ambientais

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) adiou a reunião extraordinária que discutiria a consolidação da legislação ambiental. O próprio secretário de Meio Ambiente, José Goldemberg, e a presidente do Ibama, Maria Tereza Pádua, querem conhecer a proposta preliminar resultante da comissão criada a pedido da Presidência da República.

Publicada no Diário Oficial da União de 17/2/92 e aberto o prazo para sugestões, foram recebidas cerca de 3.000 documentos apontando falhas e novas propostas que estão sendo analisadas pelas comissões técnicas do Conama. De acordo com a secretária executiva do Conselho, o anteprojeto será apresentado ao novo secretário de Meio Ambiente e à presidente do Ibama e só depois será avaliado em reunião plenária.

Reunindo todos os instrumentos legais existentes no país em relação às questões ambientais, a proposta da comissão teve como elementos básicos o Código Florestal - 4.771, de 1965 - e a Lei 6.938, de 31/8/81, além de vários outros dispositivos que regem políticas setoriais.

Pontos polêmicos, entretanto, permeiam todo o projeto, como o que é competência concorrente, além de muitos conceitos inéditos. Após as repercussões negativas e as mudanças no comando da política ambiental, o projeto só será levado ao Congresso Nacional depois da apreciação do Conama, que deverá considerar as sugestões de toda a sociedade. (*Correio Braziliense*, 26/3/92)

Degradação ambiental é ameaça para a saúde da população

A degradação do meio ambiente representa uma séria ameaça à saúde e ao futuro da espécie humana. Essa é a conclusão do relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), *Nosso Planeta é nossa saúde*, elaborado por um grupo de especialistas, coordenado por Simone Veil, membro do Parlamento Europeu e ex-ministra da Saúde da França.

As doenças ligadas ao ambiente estão provocando uma matança da espécie humana. As doenças relacionadas ao meio ambiente e ao modo de vida, em especial as infecciosas e o câncer, seriam responsáveis por 75% dos 49 milhões de problemas de saúde por ano. Enfer-

midades associadas à insuficiência ou contaminação da água ou à falta de higiene atingem dois bilhões e meio de pessoas no mundo.

Pela primeira vez, a ligação decisiva entre poluição e morte recebe o aval da comunidade científica. É nesse sentido que o relatório da OMS propõe a premissa para a Rio-92. A partir de agora, não se poderá mais tratar separadamente as questões da saúde e do ambiente: são duas faces do mesmo desastre.

O relatório destaca os principais causadores da degradação das condições de vida no Terceiro Mundo, onde ocorrerão seis de cada oito nascimentos nos próximos trinta

anos: desestabilização da população mundial - prevista para oito bilhões de pessoas no ano 2020 - e superprodução de resíduos em consequência da excessiva exploração dos recursos naturais.

De acordo com o relatório, nos países subdesenvolvidos cerca de 1,2 bilhão de pessoas vivem nos limites da pobreza e desses, 630 milhões sobrevivem em condições de extrema penúria. É evidente, segundo os estudiosos, que para essas populações é praticamente impossível contar com boa saúde e enfrentar os desafios de preservar o meio ambiente. (*Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo*, 6/3/92)

Proposta do PIB verde será levada para a Rio-92

O Produto Interno Bruto (PIB) verde, a modalidade de mensuração das contas nacionais dos países que leva em conta os custos ambientais, é uma das novidades que serão aprovadas na Rio-92. Essa proposta da ONU, foi referendada nas negociações do Prepcom e fará parte do capítulo 7º da Agenda 21, o plano de ação para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável e a recuperação ambiental. O objetivo da efetivação do novo modelo de PIB é induzir à exploração mais racional dos recursos naturais do planeta. O PIB mede todos os bens e serviços finais produzidos na economia, sem considerar o estoque de capital natural do país, nem os cus-

tos com a preservação ou a recuperação da degradação ambiental.

Além de calcular o PIB pelo sistema atual, os países fariam um outro cálculo, considerando a preservação e a depreciação dos seus recursos naturais. A estimativa do PIB do Brasil por essa nova modalidade contemplará, por exemplo, os custos da redução do estoque de minério de ferro, que atualmente não entram nas estimativas das contas nacionais. Enquanto o PIB tradicional só considera a riqueza gerada pela extração e venda do minério, o PIB verde incorpora o conceito de que as reservas de minério do país são limitadas.

A idéia de criação do PIB verde

foi desenvolvida por um grupo de economistas do departamento ambiental do Banco Mundial juntamente com especialistas do escritório de estatísticas da ONU. Por enquanto existe uma versão preliminar da nova metodologia, que foi aplicada experimentalmente nos cálculos das rendas nacionais do México, da Indonésia e de Papua (Nova Guiné). No caso do México, o valor do PIB pelo novo método foi inferior ao apurado pelo sistema tradicional. A diminuição foi provocada pela utilização do principal recurso natural mexicano, o petróleo, sem levar em conta a escassez do recurso no futuro. (*Jornal do Brasil*, 27/3/92; *CEDI*, 31/3/92)

EUA condiciona presença na Rio-92

A aceitação pelos países em desenvolvimento de uma convenção sobre as florestas tropicais é uma das condições para que o presidente Bush venha à Rio-92. As outras condições, segundo o chefe da delegação americana na reunião do Prepcom, Curtis Bohlen, são a desistência dos países em desenvolvimento da proposta de criação de um novo fundo de financiamento internacional e o recuo na tentativa de fazer com que os países industrializados assumam a maior parte do financiamento para recuperação dos danos ao meio ambiente.

"O presidente Bush não irá ao Brasil, a menos que essas questões sejam resolvidas antes", afirma Bohlen, que diz estar havendo um

"completo impasse" entre representantes de países em desenvolvimento e de países desenvolvidos nas negociações desses itens no Prepcom.

Os impasses mencionados referem-se às discussões sobre a Carta da Terra, a declaração de princípios sobre florestas e os recursos financeiros para a implementação da Agenda 21, o plano de ação para a correção do desenvolvimento mundial e a preservação do meio ambiente. A estratégia americana, diz ele, é aprovar inteiramente os textos desses documentos na atual reunião, sem deixar questões em aberto para serem solucionadas durante a conferência do Rio. A novidade da posição americana é a exigência

de um acordo sobre o início de uma convenção sobre florestas tão logo termine a Rio-92. Isto porque numa convenção os países signatários são obrigados a seguir as suas determinações, o que não ocorre numa declaração de princípios, que tem um valor apenas moral.

O chefe da delegação americana é igualmente taxativo ao refutar a intenção dos países em desenvolvimento de atribuir aos países desenvolvidos, no texto de princípios gerais sobre o desenvolvimento sustentável e a recuperação ambiental (a Carta da Terra) a culpa maior pela devastação ambiental ocorrida no planeta. (*Jornal do Brasil*, 30/3/92)

Mais uma "supersafra"! Mais alimentos baratos?

Este ano deveremos ter mais uma "supersafra" agrícola. A previsão do governo é de atingir 69,7 milhões de toneladas, bastante próximo das 71,7 milhões colhidas na safra 1988/89, a maior de nossa história. Mesmo que a safra fique nos 66 milhões estimados pelas grandes cooperativas, ainda assim ela estaria no nível das obtidas na segunda metade da década passada.

"Supersafra" são, entre nós, um indicador de sucesso da política agrícola. Em parte com óbvia razão, pois gera emprego, renda, receitas de exportação, estimula diversos setores produtivos etc. O ideal seria que elas contribuíssem para atenuar a carestia e a fome que afetam a maioria do povo brasileiro, se resultassem no barateamento dos alimentos. Entretanto, não tem sido esse o caso, pois as "supersafra" têm alimentado principalmente alguns agentes econômicos e o ufanismo do discurso oficial.

Principais medidas - A atual política do governo reedita, dentre suas medidas de impacto imediato, alguns dos instrumentos que contribuíram para o crescimento contínuo da produção agrícola nacional a partir de 1983/84. Os principais são a correção monetária dos preços mínimos até a colheita e a garantia de recursos suficientes para a co-

mercialização, além do crédito de custeio da produção. Essa política havia sido abandonada desde a safra 1989/90, em razão dos impactos, no déficit público, dos custos financeiros dos estoques que o governo era forçado a constituir para garantir preço aos agricultores.

O governo Collor pretende dar estímulo creditício e de preços e financiar a comercialização privada sem incorrer na formação de estoques governamentais. O agricultor pode, na colheita, prorrogar a quitação do crédito de custeio convertendo-o em crédito de comercialização (EGF), ou fazer novo contrato de EGF. Os que não venderem seu estoque até o vencimento desse crédito, poderão optar pela venda ao governo (AGF) ou por um Prêmio de Liquidação dos Contratos. A garantia de aquisição pelo governo está assegurada apenas aos pequenos produtores de alimentos básicos.

Imagina-se que será estimulada a opção pelo "Prêmio", pois dessa forma o estoque irá a leilão em bolsas de mercadorias e o Tesouro Nacional cobre a diferença entre o preço de leilão e o débito do agricultor. O "prêmio" é um subsídio (aos agricultores e, talvez, aos compradores) supostamente mais barato que os custos

com o manejo de estoques governamentais.

Há outras medidas visando a "modernizar" a médio prazo o sistema de comercialização agrícola, em especial no tocante ao desenvolvimento de mecanismos financeiros (fundos de investimento e mercado futuro) e com a perspectiva de reduzir ao máximo a participação governamental.

Dúvidas - Não se sabe ainda quais serão os resultados, neste e nos próximos anos (caso essa política se consolide), de mais esta iniciativa "modernizadora"/"privatizante" e da aposta nas "leis do mercado". Sabe-se, contudo, que elas coincidem com a retomada do tradicional lobby setorial via Ministério da Agricultura - neste momento, ainda sem ministro definido - e que a política agrícola do governo Collor não tem incorporado qualquer revisão do padrão de desenvolvimento agrícola vigente no país há décadas, e menos ainda qualquer preocupação de enfrentar a questão agroalimentar, a carestia e a fome. O país precisa de um contínuo acréscimo da sua produção agrícola. Porém, a experiência nos últimos dez anos deixa poucas esperanças de que as "supersafra" e a "modernização" resultem em mais alimentos e a preços mais acessíveis. (Renato Maluf/CPDA-UFRRJ, 6/4/92)

Deputados ruralistas apóiam Cabrera

Ainda está indefinida a sucessão, ou confirmação no cargo, do ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera. As notícias de que Cabrera estava na lista de demissionários criou alvoroço entre os deputados da bancada ruralista na Câmara, que se reuniram para articular a sua permanência.

Os "cabreristas" organizaram listas de assinaturas por estado, pedindo a manutenção da política agrícola desenvolvida pelo minis-

tro. O temor dos ruralistas é que o fortalecimento do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, comprometa a política agrícola do governo, principalmente neste momento de comercialização da safra. O financiamento e a concessão de benefícios à agricultura tem sido um foco constante de desentendimentos entre a bancada e os dirigentes da política econômica. (Folha de S. Paulo e O Globo, 1/4/92; CEDI, 7/4/92)

Imóvel rural terá cadastro

Até o dia 30 de abril, todos os proprietários de imóvel rural deverão apresentar à Receita Federal um formulário detalhando as características da propriedade, como tamanho, área cultivada e inexplorada, criação animal e benfeitorias. O objetivo é fazer um cadastramento nacional sobre as propriedades rurais existentes no país. A partir destas informações, a Receita definirá o valor do Imposto Territorial Rural (ITR) a ser lançado em junho para pagamento a partir de agosto de 1992. (Jornal do Brasil, 3/4/92)

Violência no Campo

CPI da violência aprova relatório

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a violência no campo aprovou relatório no dia 2 de abril, após um mês de levantamento feito no Maranhão e Tocantins. O documento conclui que a reforma agrária é o único instrumento legal que permitirá o fim da violência no campo, e que a omissão do Ministério Público e a morosidade do governo federal em regulamentar os artigos da Constituição que tratam da desapropriação de terras contribuem para aumentar os conflitos de terra no país.

A CPI que aprovou o documento foi presidida pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB/SP) e contou com a presença de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e parlamentares. O documento será encaminhado à Câmara, que deverá votá-lo até o final do mês.

Os dados - De acordo com o relatório, os 20 maiores latifúndios do Brasil controlam cerca de 17 milhões de hectares, e há 160 milhões de hectares de terra produtiva sem exploração. O segmento dos grandes proprietários de terra não é mais formado apenas por "coronéis": 46 grupos industriais e financeiros detêm 22 milhões de hectares de terras no país.

Os dados mostram que existem hoje cerca de 23 milhões de traba-

lhadores rurais acima de 10 anos. Aproximadamente 8 milhões possuem pequenas extensões de terra e costumam migrar para a cidade; cerca de 7 milhões trabalham como assalariados e bóias-frias e outros 6 milhões são formados por sem-terra que vivem como meeiros, arrendatários ou parceiros. O documento denuncia que 1,3 milhão de trabalhadores rurais não recebem qualquer remuneração, e outros 5,2 milhões ganham menos de um salário mínimo. Segundo o relatório, a CPT registrou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados e religiosos, entre janeiro de 1964 e dezembro de 1989, sendo que nesses anos houve apenas 17 julgamentos e oito condenações. (*Jornal do Brasil; O Estado de S. Paulo*, 3/4/92)

Denúncias de violência no Maranhão

Na última semana de março chegaram a esta Seção denúncias sobre violências contra trabalhadores rurais em Codó (MA), no final de 91. Em março de 92, foram feitas várias ameaças de morte contra o deputado estadual Domingos Dutra (PT), advogado de posseiros em vários conflitos por terra no estado.

Na área denominada Conceição do Salazar, conforme relatam notas públicas e documentos, o conflito se arrasta há três anos. Em 91, Jonas Rocha, que já havia entrado com uma ação de reintegração de posse, fez uso de uma milícia privada para isolar os posseiros.

Apesar das denúncias feitas por entidades e parlamentares, não foram tomadas providências adequadas, culminando na morte de Francisco de Assis, em 5/11/91. Os responsáveis chegaram a ser detidos, alguns deles sendo identificados por testemunhas como executores do posseiro. No entanto, em 14/11, foram soltos por decisão do juiz João Batista, da Comarca de Codó, voltando novamente a ameaçar os moradores de Conceição do Salazar.

Por sua atuação neste e em outros conflitos, a favor dos posseiros, Domingos Dutra, está sob ameaça de morte, já tendo solicitado ao Poder Público, sem sucesso, proteção à sua vida. (*CEDI*, 6/4/92)

Assassinatos no campo - 1991

Conforme informação da CPT, que realiza um levantamento anual dos conflitos ocorridos na área rural do Brasil, em 1991 foram assassinadas 45 pessoas no campo.

Destas, 29 eram trabalhadores rurais - pequenos proprietários, posseiros, sem-terra, peões; sete eram líderes sindicais; sete índios; um menor trabalhador rural e um pescador.

O Pará foi o estado onde houve maior número de assassinatos, completando 13, seguido pelo Maranhão com 12. (*Cheiro de Terra*, março/abril 1992)

Seringueiros fazem 3º Encontro

Realizou-se entre 26 e 29 de março último, em Rio Branco, Acre, o 3º Encontro Nacional dos Seringueiros, cujo tema central foi Reserva Extrativista: a reforma agrária do seringueiro.

Além da base social tradicional dos encontros anteriores - seringueiros, ribeirinhos e castanheiros - reuniram-se delegados de projetos de colonização, produtores rurais, colonos, populações remanescentes de quilombos e atingidos por barragens. Ampliou-se também a presença da base extrativista com trabalhadores do açaí e babaçu.

A base geográfica também foi ampliada para além dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Pará e Rondônia. Estiveram pre-

sentes representantes do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí. Isso demonstra uma intenção de aproximação por parte do Conselho dos pequenos agricultores, para ampliar o leque de alianças.

Críticas à política de desenvolvimento para a Amazônia, a elaboração de uma proposta de reforma agrária que contemplasse as especificidades do extrativismo, papel do CNS e posicionamento sobre a Rio-92 foram os principais temas discutidos.

A nova diretoria para os próximos 3 anos tem Atanagildo de Deus Matos, o Gatão, como presidente e Pedro Ramos de Souza como secretário geral. (*Sérgio Haddad/CEDI*, 9/4/92)

Silêncio de Boff termina em junho

"Conservadores" preparam nova punição

O silêncio oficioso a que está submetido o teólogo franciscano Leonardo Boff desde abril do ano passado - por pressão do Vaticano, através da Congregação da Doutrina da Fé, terminará em junho próximo. No entanto, setores conservadores do episcopado brasileiro muito ligados ao cardeal alemão Joseph Ratzinger pretendem articular uma punição definitiva para o teólogo.

O pretexto seria a resposta que 102 teólogos escreveram há dois anos ao documento de Ratzinger sobre a missão eclesial do teólogo. Os signatários do texto-resposta -

entre os quais Leonardo Boff e muitos teólogos estrangeiros que vivem no Brasil - seriam punidos por meio dos bispos (no caso dos seculares) ou através dos superiores de suas congregações (no caso dos religiosos).

Excomunhão: uma ameaça -

Fontes do Vaticano revelaram que o bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso, teria sugerido ao cardeal Ratzinger, em reunião no Vaticano há alguns meses, que Boff fosse excomungado e afastado do convívio da comunidade católica. O cardeal Ratzinger teria afir-

mado que com Boff "não é mais possível qualquer diálogo".

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do seu presidente d. Luciano Mendes de Almeida, tem voltado seus esforços para apaziguar os ânimos e para favorecer o diálogo entre as partes.

Enquanto aguarda o que lhe acontecerá após este novo período de restrições - mais duras ainda que as anteriores, porque foram veladas e não formalizadas, impossibilitando a defesa -, Boff dedica-se prioritariamente aos estudos sobre ecologia e zen-budismo. (Agen, 24/3/92)

CEBs do Nordeste buscam articulação

Com a presença de representantes de todas as dioceses dos cinco regionais do Nordeste, foi realizado o Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Nordeste (Juazeiro/BA, 26-29/3/92).

O encontro reuniu 170 pessoas, com a participação de quatro bispos católicos, dentre eles o bispo de Juazeiro d. José Rodrigues. O principal objetivo do evento foi o aprofundamento da temática do 8º Intereclesial de CEBs, que acontecerá em setembro - *Povo de Deus renascendo das culturas oprimidas*.

Para esse trabalho, o encontro contou com a contribuição de quatro assessores. Nas reflexões foi destacada a necessidade de resgatar a dimensão humana na prática social, recuperando a dimensão pessoal e interpessoal das relações.

As novidades ficaram por conta de uma ênfase em torno da pluralidade cultural e religiosa. Destacou-se a necessidade da pastoral popular aprofundar as questões referentes ao respeito pelos diferentes modos de ser na sociedade, como um "não" aos totalitarismos e dogmatismos. (Jorge Afílio Iulianelli/CEDI, 6/4/92)



As Ceb's do Nordeste mobilizam-se para o 8º Intereclesial



Douglas Mansur

Tradicionalistas católicos ganham espaço em São Paulo

Um ano - esse é o prazo previsto pelos católicos tradicionalistas para a inauguração de uma igreja no Ipiranga (zona sul da cidade de São Paulo), onde as missas serão rezadas em latim, com o padre de costas para os fiéis - um ritual abolido há quase três décadas com a renovação litúrgica proposta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

A sede do movimento tradicionalista no Brasil fica em Campos (RJ), onde mora o único bispo tradicionalista do País, d. Licínio Rangel. No dia 25 de março, ele e mais 27 padres celebraram missa pela

alma de d. Marcel Lefebvre - o maior líder dos tradicionalistas, que morreu há um ano.

Movimento está bem vivo - Até 1981, a diocese de Campos esteve sob o comando de d. Antonio Castro Mayer, bispo que se recusou a adotar as modificações introduzidas pelo Vaticano II. Sua morte e a de d. Lefebvre parecem não ter abalado o movimento tradicionalista. A construção do templo em São Paulo é o sinal mais visível disso.

No norte fluminense, segundo o padre Fernando Rifan, porta-voz do

grupo, os tradicionalistas têm 20 igrejas, 125 capelas, seis colégios, três orfanatos, um asilo e um seminário (correspondente ao segundo grau) com 25 alunos - oito são candidatos a padre.

Em outras cidades, como Nova Iguaçu (RJ) e Santa Maria (RS) já há padres tradicionalistas residentes. A sua formação têm que ser completada no exterior. Segundo d. Licínio, há cinco desses seminários no mundo. Num deles, em Ecône, Suíça, estuda um brasileiro. (Folha de S. Paulo, 25/3/92)

Encontro Mundial Anglicano: solidariedade com as mulheres

A solidariedade com as mulheres foi o tema central do Encontro Mundial Anglicano (Salvador/BA, 29/3 a 3/4/92), que reuniu mais de 500 representantes da Igreja Anglicana de 47 países. Representantes de outras confissões também participaram conferindo um caráter ecumênico ao encontro, que foi proposto pela Assembléia de Lambeth (1988), com indicação para realização no Terceiro Mundo.

Mulheres - O encontro foi aberto com uma liturgia animada pelo grupo *Gente de Casa* e teve o pronunciamento do bispo primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, d. Olavo Ventura Luiz. Ele destacou o fato desse ser o primeiro encontro mundial em torno da Década Ecu-mênica de Solidariedade com as Mulheres, promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas.

O bispo afirmou que a comunhão anglicana tem aberto suas portas e púlpitos às mulheres: a Província Anglicana do Brasil aprovou em



Encontro Mundial Anglicano: solidariedade com as mulheres

seu Sínodo a ordenação de mulheres diaconizas, presbíteras e episcopis.

Participaram como palestrantes no encontro teólogos como a brasileira Ivone Gebara, a coreana Chung Hung-Kyung e a americana Carter Heyward, que destacaram o caráter integral de uma teologia feminista que considere as relações

Norte-Sul e assuma a corporeidade como chave de leitura das relações humanas e da Divindade.

Dívida externa - Estiveram ainda presentes nos painéis os deputados federais Benedita da Silva e Roberto Freire; o bispo anglicano Almir dos Santos, que fez uma exposição sobre dívida externa; o bispo Jim Ottley, do Panamá, que abordou as estruturas patriarcais e a solidariedade com as mulheres; e o bispo primaz dos Estados Unidos d. Edmond Browning, que expôs sobre a solidariedade da Igreja com as mulheres.

O comitê organizador elaborará um documento final que destacará, entre outras coisas, a criação de uma Federação Internacional de Mulheres Anglicanas, que reunirá as experiências de organização das mulheres anglicanas em todo o mundo. O documento condenará a dívida externa e proporá aos países credores a remissão da dívida. (Jorge Atílio Iulianelli/CEDI, 6/4/92)

Clai e Conic promovem encontro sobre os 500 anos

Os 500 anos de dominação da América Latina foram tema do encontro promovido pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas - Clai, Região Brasil - em conjunto com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - Conic (Porto Alegre, 4-5/4/92).

O encontro reuniu 24 representantes de igrejas, entidades ecumênicas, pastorais escolares, do Movimento dos Sem Terra e entidades de trabalho e apoio a indígenas e negros.

Este evento, realizado no sul do País, foi o primeiro de uma série de encontros regionais preparatórios para o encontro nacional que acontecerá em julho e o latino-americano em agosto.

O Clai e o Conic pretendem com estas reuniões um posiciona-

mento ecumênico das igrejas no Brasil acerca dos aspectos positivos e negativos do processo de colonização do Continente.

O trabalho no primeiro encontro regional desenvolveu-se a partir de um painel de aprofundamento, troca de experiências, propostas de grupos de trabalho e a elaboração de um documento final. O painel de aprofundamento contou com as exposições do jornalista católico José Eugênio Menezes, da Agen (*Comunicação e os 500 anos*), do pastor metodista Antonio Olímpio Santana, da Comissão de Combate ao Racismo do Conic (*Racismo e os 500 anos*), do pastor presbiteriano José Bittencourt Filho, do CEDI (*Evangelização e os 500 anos*).

O documento final - fruto dos debates e da troca de experiências - destaca "expressões da realidade que desafiam eticamente a interação ecumênica crítica aos 500 anos de dominação branca no Continente" como: movimento negro, associações indígenas, grupos de mulheres, as Comunidades Eclesiais de Base, articulações de educadores.

Propôs-se que o Clai e o Conic enfatizem a participação de mulheres, negros e indígenas, que promovam espaço para as culturas oprimidas nas celebrações, que enfatizem a questão agrária, que elaborem reflexões críticas sobre os 500 anos e abram espaços junto aos meios de comunicação para a divulgação desses conteúdos. (CEDI, 7/4/92)

Conic tem novo secretário executivo

O pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana Ervino Schmidt, é o novo secretário executivo do Conic. Schmidt substituiu Emil Sobottka, que deixou o trabalho para se dedicar a um período de estudos.

A sede do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) fica à R. Senhor dos Passos, 202 - 90020 - Porto Alegre, RS. Telefone: (051) 224-5724. Fax: (051) 228-8829.

Novo GT para a AI Raposa/Serra do Sol

No último dia 24, em reunião na sede da Funai em Brasília, a Diretoria de Assuntos Fundiários do órgão decidiu criar um Grupo de Trabalho com a finalidade de efetuar um estudo definitivo para a Área Indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima, ocupada pelos índios Macuxi e Wapixana. Nesta reunião, coordenada por Isa Rogedo, diretora interina de Assuntos Fundiários, foram discutidas as propostas de limites desta AI já apresentadas em 1977, 1979, 1984 e 1988. Dada a discrepância entre elas, decidiu-se pela formação de um novo GT que deverá produzir um laudo antropológico, mapa preciso da área, e um levantamento fundiário que inclui uma lista dos ocupantes não-índios da área, bem como as benfeitorias existentes nas

posses e seus documentos cartoriais comprobatórios. O GT será coordenado por Guiomar Melo, antropóloga que já trabalhou na Administração Regional da Funai de Boa Vista (RR).

A AI Raposa/Serra do Sol possui mais 1,347 milhões de hectares e dentro de seus limites existem cerca de 100 aldeias Macuxi. Seus campos naturais encontram-se, no entanto, invadidos por inúmeras fazendas de criação de gado, ali instaladas desde o começo do século. Mais recentemente, os índios da região vêm assistindo à chegada de garimpeiros, que começam a explorar ouro e diamante nos rios Cotingo e Maú. O resultado destas invasões tem sido o confinamento dos índios em suas aldeias cercadas pelas fa-

zendas, prejudicando suas atividades agrícolas, além da malária que, trazida pelos garimpeiros, às vezes atinge aldeias inteiras.

Este quadro é agravado ainda pelo caráter marcadamente anti-indígena da opinião pública e dos políticos locais. Após o início da demarcação das terras Yanomami, situadas na porção oeste do estado, o governador Otomar Pinto, em declarações à imprensa, afirmou não admitir em hipótese alguma "ceder" novas áreas a serem demarcadas para os índios. Espera-se que os resultados do novo Grupo de Trabalho venham a reafirmar a ocupação histórica dos índios na região, não se tratando, pois, de lhes "ceder novas áreas". (Paulo Santilli/CEDI, 6/4/92)

Descontentamento na aldeia Kari-Oca

Os 64 índios que estão no Rio de Janeiro desde o dia 17 de fevereiro para construir as ocas da aldeia Kari-Oca, que será utilizada para uma reunião dias antes da Conferência Rio-92, ameaçam voltar para suas aldeias no alto Xingu, pois estão mal instalados, com pouca alimentação e sem apoio para a finalização do trabalho.

Os 15 quiosques que abrigariam os índios só começaram a ser erguidos no final de março, e eles estão alojados em cabanas da Defesa Civil, sem banheiro e sem chuveiro. O maior problema no entanto é a alimentação, que foi reduzida pela firma fornecedora, M. Graça Neves Refeições, alegando falta de pagamento de Cr\$ 25 milhões já acumulados pelas refeições consumidas.

Situada na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, nos limites do Parque Estadual de Pedra Branca, a aldeia Kari-Oca sediará, de 25 a 30 de maio, a Conferência dos Povos Indígenas, com previsão de participação de 400 lideranças indígenas de todo o planeta.

Os índios ficaram responsáveis pela construção de duas ocas xin-

guanas e de um plenário em estilo tukano. Construídas com pindaíba (madeira trazida de caminhão da Amazônia), amarradas com embira (uma fibra vegetal) e cobertas com sapé, as ocas xinguanas abrigarão até 80 pessoas. A construção das duas ocas está adiantada, faltando apenas a cobertura de uma delas. Os índios entretanto se recusaram a buscar mais sapé no dia 31 de março, porque consideraram que as promessas dos organizadores da Conferência não foram cumpridas. A obra mais atrasada é a do plenário tukano, que só tem parte da estrutura montada. Os índios Tukano também estão de braços cruzados. Pior ainda é a situação do Grupo de Trabalho Nacional (GTN), responsável por construir seis alojamentos para os índios, três banheiros, um pequeno escritório, sala de exposição e três guaritas. Estas obras, orçadas em Cr\$ 104 milhões, só começaram no fim de março.

O índio do alto Xingu, Yawalapiti Piracumã, está revoltado com o Comitê Intertribal 500 anos de Resistência, responsável pela organização do evento, acusando-o de omissão.

O coordenador do Comitê Intertribal, Marcos Terena, afirmou por telefone, de Brasília, no dia 1º de abril, que os índios construtores da Kari-Oca receberão o pagamento de seu trabalho - Cr\$ 500 mil para cada um - depois que concluírem o serviço, conforme foi acertado pessoalmente com Aritana Yawalapiti, líder do Alto Xingu.

Terena afirmou não ter recebido a mensagem de Aritana solicitando a volta dos índios ao Xingu, mas acha provável que eles se retirem em poucos dias.

No Rio de Janeiro, a coordenadora de Assuntos Indígenas do GTN, Roseane Novaes, admitiu que os índios estão com problemas na Kari-Oca, mas atribui a culpa ao Comitê Intertribal. Segundo ela os índios foram avisados, em janeiro, de que os alojamentos não ficariam prontos a tempo. "O aviso foi dado a Marcos Terena. O GTN propôs que a vinda deles fosse adiada ou que eles fossem hospedados em hotel". Ela foi surpreendida no dia 14 de fevereiro com a notícia de que os índios chegariam três dias mais tarde e ficariam hospedados em barracas. (Jornal do Brasil, 1/4/92)

□ **Os Guarani comemoram resistência** - No sábado de Aleluia, véspera do Dia do Índio, o Centro de Cultura Ambá Arandu, dos índios do Morro da Saudade - uma aldeia Guarani que sobrevive na

zona rural de Parelheiros, a apenas 60 km do centro da cidade de São Paulo - iniciará suas atividades com um ato de protesto em relação aos 500 anos de Descobrimto da América. O ato terá o "sondaro",

uma dança milenar de preparação dos guerreiros para o combate, para celebrar os 500 anos de Resistência indígena, explica o coordenador do Centro Karaf Mirim. (Jornal do Brasil, 6/4/92).

Demarcação Yanomami antes do prazo

Ao ser mantido no cargo pelo novo ministro da Justiça, Célio Borja, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, antecipou que a demarcação da área Yanomami, com 9,4 milhões de hectares, nos estados de Roraima e Amazonas, estará concluída antes do prazo estipulado de 110 dias. A Funai, ainda carente de verbas, está concentrando seus recursos orçamentários para garantir que a terra Yanomami esteja totalmente demarcada até o início da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) em junho. Segun-

do Possuelo, com base em dados recolhidos pelo coordenador da Operação Yanomami, sertanista Dinarte Nobre de Madeiro, 67% da área indígena já estão demarcados. A demarcação da área custará Cr\$ 2,9 bilhões e está sendo feita pela empresa Asserplan, do Acre.

Mesmo com os trabalhos de demarcação sendo feitos de forma acelerada, sertanistas da Funai, com o apoio de agentes da Polícia Federal retiraram neste fim de semana mais 10 garimpeiros - que foram apanhados numa pista clandestina dentro da reserva. Os ga-

rimpeiros remanescentes, expulsos da Venezuela pela Guarda Nacional daquele país, voltaram a invadir as terras indígenas à procura de ouro, mas foram surpreendidos pela fiscalização da Funai na área. Os garimpeiros foram transportados para o posto indígena Surucucus, onde está implantado um pelotão especial de fronteira do Exército, e no mesmo dia transportados para Boa Vista (RR). Segundo Dinarte Madeiro, ainda há garimpeiros na área Yanomami, mas são muito poucos. (*Diário Popular-SP*, 6/4/92)

Garimpeiros ameaçam exterminar tribo não contatada na Amazônia

Entre 200 e 300 garimpeiros estão ocupando a região conhecida como Mapuera, ao norte do Amazonas, e se preparam para exterminar os índios ali residentes, denunciou o administrador regional interno da Funai, Dinarte Madeiro Nobre. Na semana passada, na confluência dos rios Tauini e Baracuxi, um grupo de garimpeiros foi atacado pelos índios e dois deles foram mortos a flechadas.

A Polícia Federal colheu depoimento de um garimpeiro que esteve no local, cujo nome está sendo mantido em sigilo, e suspeita que a tribo viva isolada e ainda não teve contato com homens brancos. "Eles são muito bravos e não falam português", contou o garimpeiro. Um avião da Funai que chegou a Ma-

naus no dia 2 de abril, se tiver combustível, inciará os sobrevôos para tentar localizar a área do conflito iminente.

Dinarte Madeiro informou que, na próxima semana, serão deslocados agentes federais de Boa Vista e Manaus para a área, para conter a chegada de mais garimpeiros, já que, segundo disse, a área tem potencial para a criação de garimpos.

A Funai já tinha conhecimento da existência de índios isolados na divisa do Amazonas com o Pará, através de informações de seus vizinhos mais próximos, os Wai-Wai. Entretanto, como a nova tribo não tivera problemas de convivência com os brancos até então, preferiu evitar sua atração. (*Jornal do Brasil*, 3/4/92)

Funai encaminha mais duas áreas ao ministro

No dia 26 de março, foram publicados no Diário Oficial os despachos do presidente da Funai, de nºs 3 e 4, aprovando os estudos e as propostas das Áreas Indígenas Xucuru e Kaingang de Iraí, respectivamente.

A Área Indígena Xucuru, com uma superfície de 26.980 hectares, localiza-se no município de Pesqueiro, região do agreste pernambucano, onde vivem os 3.254 índios Xucuru distribuídos em 18 aldeias.

A Área Indígena Kaingang de Iraí, com uma superfície de 275 hectares, localiza-se no município de Iraí, Rio Grande do Sul, é habitada por 200 índios Kaingang.

Essas áreas foram enviadas ao então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Com a reforma ministerial promovida pelo presidente Fernando Collor, o novo ministro da Justiça, Célio Borja, recebeu como herança do ex-ministro um total de 22 áreas indígenas à espera de aprovação. (*CEDI*, 6/4/92)

Reunião denuncia situação dos índios de Rondônia

A Articulação dos Povos Indígenas de Rondônia e norte do Mato Grosso, em assembléia realizada nos dias 4 e 5/3 em Ariquemes (RO), da qual participaram representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Movimento Sem Terra, Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT-RO, Cimi-RO e Associação de Preservação e Recuperação de Áreas Indígenas, denunciou a grave situação dos índios nesses estados. O documento assinado pelos participantes frisa a intenção da Associação dos Prefeitos do Estado de Rondônia em reduzir áreas indígenas, citando como exemplo a área Uru-Eu-Wau-Wau,

localizada no centro-sul do estado. Essa intenção está manifesta em documento apresentado pela Associação na reunião da Sub Comissão de Reaproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado.

Entre outras coisas, falam da lamentável situação vivida pelo povo Karipuna, que tem sua área ocupada por mais de 100 famílias de posseiros, sob ameaça ainda da construção da BR-421, que reduziria suas terras em 20 mil ha. Frente a esta situação, as lideranças presentes no encontro exigiram providências urgentes das autoridades federais. (*CEDI*, 7/4/92)

Centro de Pesquisa Indígena forma primeira turma

O Centro de Pesquisa Indígena e o Núcleo de Cultura Indígena comemoram no dia 8 de abril, na sede da Embaixada dos Povos da Floresta, em São Paulo, a formatura da primeira turma de estudantes indígenas que concluiu, neste início de 1992, o curso de extensão em Biologia Aplicada, ministrado pelo Centro de Pesquisa Indígena, em convênio com a Universidade Católica de Goiás. (*CEDI*, 7/4/92)

CUT discute meio ambiente

Entre 3e 5 de abril, foi realizado em Belo Horizonte (MG) o 1º Encontro Sindical da Região Sudeste sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Promovido pela Comissão Nacional do Meio Ambiente da CUT e pela Escola Sindical 7 de Outubro, reuniu cerca de 70 dirigentes de 30 sindicatos de 15 categorias e um representante da Confederação Geral Italiana do Trabalho, a CGIL.

O Encontro teve como objetivo preparar e subsidiar os participantes, representantes da região Sudeste, para a intervenção na Conferência Sindical Nacional sobre Meio Ambiente, a se realizar entre 15 e 17 de maio em Santos (SP).

Foram discutidos o impacto ambiental dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil e no mundo, a política industrial, a questão urbana, o direito ambiental e a relação entre sindicalismo e meio ambiente.

O Encontro recomendou à Conferência Nacional que envolva o movimento sindical na questão ambiental, criando comissões nos sindicatos de trabalhadores para debater, sistematizar e propor alternativas e soluções na questão ambiental. Decidiu ainda que as comissões desenvolvam uma crítica ao modelo de desenvolvimento, questionando não apenas como se produz, mas

também o que se produz e a quem se destina a produção.

Os sindicatos deverão também travar discussões com os movimentos sociais para a implementação de programas de desenvolvimento urbano, rural e ambiental, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população, intervindo inclusive no Parlamento na área ambiental.

Para que os sindicatos se tornem órgãos de luta e defesa ambiental, foi advogado que devem ser traçadas ações imediatas para articular questões do meio ambiente às condições de trabalho, política de saúde e tecnologia. (CEDI, 6/4/92)

Desemprego bate recordes

O mês de fevereiro bateu dois recordes nos últimos oito anos em que foram feitas as pesquisas de emprego e desemprego na Grande São Paulo pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Dieese. Ocorreu a maior redução mensal no nível de ocupação, com a eliminação de 186 mil postos de trabalho, e o maior incremento no número de desempregados, que já são 980 mil (128 mil pessoas a mais que em janeiro). A taxa de desemprego, 13,1% da População Economicamente Ativa, é a maior registrada em um mês de

fevereiro desde 1985; a taxa de desemprego aberto (aquele em que o pesquisado procura emprego há menos de um mês) é a mais alta para o mesmo mês: 8,4%. Também foi constatado que nunca tinham sido desempregados tantos chefes de família como em fevereiro deste ano (15,5%).

Seguro - O número de pedidos de seguro-desemprego foi recorde no estado em janeiro. A Coordenadoria de Relações do Trabalho (CRT) registrou 196.843 pedidos. Em relação ao mesmo mês do ano passa-

do, este índice é 16% maior. De acordo com a CRT, os pedidos do seguro chegaram a 230 mil em fevereiro. Em março, a procura pelo seguro deve ser ainda maior, chegando à casa dos 260 mil.

O seguro-desemprego é concedido por um período de até quatro meses para trabalhadores demitidos sem justa causa e que estavam empregados em 15 dos 24 meses anteriores. (Jornal do Brasil, 24/3/92, O Estado de S.Paulo, 25/3/92, Gazeta Mercantil, 4 a 6/4/92)

Demissões na indústria paulista

Previsão da Fiesp para o primeiro trimestre:

60.000

Total de dispensas até a 3ª semana de março:

63.755

janeiro: **27.141**

fevereiro: **24.049**

março: **12.565**

(Fonte: Diário do Grande ABC, 31/3/92)

Estréia programa de rádio dos Bancários de SP

"Está no ar a rádio dos bancários". Este é o slogan com que o Sindicato dos Bancários de SP, filiado à CUT, abriu na segunda-feira, 6/4, das sete às oito horas, um novo programa radiofônico. Iniciativa pioneira no sindicalismo, os três meses de horário comprados à Rádio Gazeta AM devem criar um espaço alternativo de noticiário, humor e debates, dirigidos aos trabalhadores.

O custo total do programa está estimado em Cr\$ 28,3 milhões mensais. O primeiro objetivo do programa *Na boca do povo, a rádio dos bancários* será atingir a categoria com um discurso bem humorado e sem ranços e com um noticiário diferente do convencional. A médio prazo, o Sindicato quer se cre-

denciar à concessão de canal de rádio e TV.

Congresso - Representando 512 mil dos 650 mil trabalhadores no setor do país, o Departamento Nacional dos Bancários da CUT realizou seu 3º Congresso Nacional entre 27 e 31 de março em São Paulo, transformando-se na mais nova confederação da CUT. Resolução idêntica ao último congresso nacional dos metalúrgicos da CUT, a nova confederação entra em campo para disputar os fundos do imposto sindical e a representatividade na base com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, filiada à CGT. (Diário Popular, 27/3/92)

Metalúrgicos do ABC aprovam acordo com montadoras

Redução de 22% no preço dos carros, menos 6% de imposto (federal) sobre produtos industriais, corte de 33% no imposto (estadual) de circulação de mercadorias e serviços, garantia de reativação dos consórcios até dia 23/4, compromisso do governo Collor de enviar ao Congresso projeto de incentivo às importações, convocação das instituições financeiras para elaborar uma política de financiamento para o setor automobilístico, abertura das negociações de um contrato coletivo de trabalho entre Estado, patrões e trabalhadores, reposição mensal da inflação, estabilidade no emprego por três meses e mudança da data-base dos metalúrgicos de São Bernardo, Diadema, Santo André e região. Estes são os itens do acordo negociado pelo governo federal, governos de São Paulo e Minas, montadoras de veículos e trabalhadores, na câmara setorial sobre indústria automobilística em Brasília. No dia 4/2, os metalúrgicos presentes a uma assembleia conjunta dos sindicatos de São Bernardo e de Santo André, ambos filiados à CUT, deram sinal verde para sua aprovação, esperando pelo índice de reposição salarial, que ainda será proposto pela Fiesp.

Nova etapa - Na opinião do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, o acordo tem um "duplo significado", pois traz medidas de retomada do crescimento e porque eleva a intervenção da CUT a um "novo nível". Para Vicentinho, o acordo é o primeiro passo para a obtenção das metas estratégicas do setor automobilístico: padrões de

qualidade e produtividade mundiais, satisfação dos consumidores, a retomada do crescimento do setor como alavanca para outros ramos da economia e valorização do trabalhador.

Resistências - Tanto na Força Sindical como entre os sindicalistas da Convergência Socialista (corrente sindical cutista) o acordo sofre críticas. Uns e outros, antagonistas irreconciliáveis, se vêem fora do centro do sindicalismo no momento. A Força, já abalada pelo caso Magri, sente que seu cacife como interlocutor nacional da classe trabalhadora diminuiu. Já a Convergência aposta na greve, mas, nos sindicatos sob sua direção, não tem sustentado movimentos grevistas expressivos. Atentos às palavras de Lula, que afirmou na assembleia do dia 6 que "o dirigente sindical que teme sentar com patrões ou com o governo com medo de ser corrompido é previamente um corrupto", os metalúrgicos do ABC preferiram esperar mais três meses para deflagrar sua campanha salarial.

Mudança de rumo - Os retornos das negociações, certamente, pesaram na decisão dos trabalhadores. Em 31 de março, dias depois das negociações na câmara setorial, Ivan Fonseca, vice-presidente da Autolatina, holding que controla a Volkswagen e a Ford, anunciou numa visita que Vicentinho fez à Ford Taboão, que a holding desistira do programa de redução da produção programado para abril, suspendera novas férias coletivas na Ford, congelara o programa de demissões voluntárias na Volks e Ford, que tinha como meta aumen-

tar a produção e, por fim, que investiria US\$ 100 milhões na Ford de São Bernardo, prometendo lançamento, para breve, de um novo carro a ser produzido em novas instalações da unidade Taboão. "Depois desta visita, estamos mais tranquilos", reagiu Vicentinho. Para ele, as desconfianças de sua entidade quanto ao fechamento da Ford Taboão, uma das fábricas mais atuantes da sua base, ficaram bem menores.

Cientes dos novos ventos que sopram, os metalúrgicos dos sindicatos do ABC filiados à CUT preferem apostar numa saída consensual que contemple uma revisão da carga tributária, uma recuperação tecnológica negociada do parque industrial, a modernização das relações entre capital e trabalho e a defesa do consumidor.

De fato isto tudo pode soar estranho para quem, à direita ou à esquerda, está acostumado a associar metalúrgicos ao radicalismo cego. Mas soa como um avanço para os trabalhadores ver, nas palavras de Vicentinho, que "alcançamos uma série de conquistas, que passam por dentro de nossas fábricas e se espalham pelo conjunto da sociedade", concretizando, mesmo que incipientemente, aquilo que seus congressos chamam de "sindicato cidadão" ou "sindicato sujeito social". Caso os patrões não apresentem uma proposta de reposição salarial razoável segundo seus critérios, os trabalhadores prometem ir à greve reivindicando preços menores para os carros. Eles estão impressionados com a quantidade de cartas congratulando seus sindicatos pelo acordo negociado em Brasília. (CEDI, 7/4/92)

Opostos se encontram

Membros da Convergência Socialista e da arquirrival Força Sindical soltaram panfletos juntos na assembleia dos metalúrgicos do ABC em 4 último contra a mudança da data-base para julho. Na hora da votação, tiveram apenas um voto em um universo de 3.000 trabalhadores presentes. (Folha S.Paulo-Paivel, 6/4/92)

Centrais fecham proposta de salário mínimo

CUT, Força Sindical e CGT apresentaram no dia 2 último, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, uma proposta conjunta para fixação do novo salário mínimo, considerando duas hipóteses: aceleração ou queda inflacionária.

No projeto de lei dos sindicalistas, baseado em estudos do Dieese, o salário mínimo, em maio, teria o

valor de Cr\$ 312 mil, atualização do valor de janeiro de 92.

A partir de 1º de maio, o salário seria reajustado pela variação integral do Índice para Reajuste do Salário Mínimo, IRSM, sempre que ele ultrapassar 20%. Caso a inflação se mantiver abaixo dos 20%, os aumentos serão trimestrais de acordo com a variação acumulada do IRSM. (Gazeta Mercantil, 3/4/92)

Ipea prevê 113 mil professores leigos em 1997

Cerca de 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos correm o risco de ter aulas com 113 mil professores leigos, sem formação adequada para o 1º grau, em 1997. Este é um dos cenários traçados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) do Ministério da Economia, com base em dados levantados pelo Ministério de Educação em 1987. Além deste cenário, que é o mais positivo, o Instituto traça mais dois prevendo a existência de 134 mil ou 167 mil professores leigos.

Em 1987, quando foi realizado o último censo educacional - o anterior é de 1977 - o Brasil possuía 1,17 milhão de professores de ensino de 1º grau, dos quais 13% possuíam apenas o 1º grau (completo ou incompleto), 48% o 2º grau completo e só 39% o nível superior. Como a lei 5.692/71, ainda em vigor, exige que os professores de 1ª a 4ª série possuam o 2º grau com-

pleto e os da 5ª a 8ª séries o curso superior, 147,7 mil (13%) dos professores do país foram considerados leigos em 1987.

O primeiro cenário traçado pelo Ipea, que apresenta uma tendência de queda de 145,7 mil professores leigos em 1987 para 113 mil em 1997, prevê um aumento da população de 7 a 14 anos inferior a 1,8% em dez anos (1987/97). Este fator, combinado com a queda de 33% para 27,6% dos residentes em áreas rurais face ao fluxo migratório, representaria um total de 7,5 milhões de crianças estudando no campo em 1997 contra 8,7 milhões em 1987. A conclusão é baseada nos dados de 1987, que indicavam a presença de 84% de professores leigos em escolas rurais, sendo que 51% deste total no Nordeste. Em 1987, 3,5 milhões de alunos do 1º grau eram atendidos por professores leigos. Os professores com curso superior

concentravam-se nas escolas urbanas, com 60% atuando nas regiões Sul e Sudeste e menos de 30% nas regiões Norte e Nordeste.

Em 1987, existiam no Brasil 192 mil estabelecimentos de ensino de 1º grau, dos quais 76% localizados na zona rural, 65,3% com até 50 alunos e 19% com mais de 150 alunos, segundo dados coletados pelo Ministério da Educação. Do total destas escolas, 117,4 mil (11,9%) possuíam apenas uma sala de aula e atendiam 3 milhões de alunos. Destas, 97,7% estão localizadas em áreas rurais. Dos estabelecimentos que oferecem de 1ª a 4ª série, 86% estavam no meio rural, enquanto os 25 mil estabelecimentos que oferecem todas as séries do 1º grau estavam situados em sua maioria (78,6%) no meio urbano. (Carlos Franco/O Estado de S. Paulo, 6/4/92)

TCU constata evasão do salário-educação

O Ministério da Educação não tem controle sobre a cobrança das contribuições do salário-educação devido pelas empresas. Apenas no primeiro semestre do ano passado, houve sonegação desse recolhimento, estimada em Cr\$ 10 bilhões, em valores de junho de 1991, devendo chegar a Cr\$ 300 bilhões neste ano, em valores atuais. Esses dados foram revelados pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem uma arrecadação prevista em Cr\$ 3 trilhões este ano. Os resultados fazem parte do relatório do ministro Marcos Vilaça, aprovado em

26/3 pelo TCU. O documento constata que muitas empresas podem estar utilizando o financiamento a "alunos-fantasma", para desviar recursos que deveriam ir para os cofres do FNDE.

A auditoria do TCU no FNDE foi realizada entre setembro de 1990 e outubro de 1991. Nesse período, constatou-se uma forte sonegação por parte de empresas em mais de dez estados. Parte dos recursos do FNDE são recolhidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). De janeiro a junho do ano passado, entre 115.554 empresas fiscalizadas, o INSS detectou irregularidades no recolhimento de 35% delas, equivalentes a uma

sonegação total de Cr\$ 278,3 bilhões, que em valores atualizados chegariam a Cr\$ 2,7 trilhões.

O relatório também acusa o FNDE de reter até o mês de dezembro, nos últimos três anos, cerca de dois terços dos recursos destinados à construção e reforma de escolas, aquisição de equipamentos, de ônibus escolares e treinamento de professores, entre outros gastos. "Trata-se de omissão ou renúncia de aplicação desses recursos em tempo hábil, o que é mais grave do que a falta de controle sobre o recolhimento das contribuições", afirma Vilaça em seu relatório. (Jornal do Brasil, 27/3/92)

Livros didáticos são insuficientes e atrasam

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) confirmou que apenas 8 milhões de livros didáticos, dos 28 milhões necessários este ano, foram comprados até agora. A distribuição pelo correio deveria ter sido concluída em março, mas está atrasada. A cota de São Paulo já foi enviada; o estado teve direito a 905 mil exemplares exemplares, mas a demanda é de 6 milhões.

Não há previsão de compra para os próximos meses, por falta de recursos. A prioridade da FAE é a merenda escolar. Conforme assessores da Fundação, os outros 20 milhões de livros só serão comprados se o Ministério de Economia liberar recursos para esse fim. O MEC determinou que o atendimento prioritário seja dado à 1ª série. Foram compradas apenas cartilhas. (O Estado de S. Paulo, 1/4/92)

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Resultado de pesquisa junto aos delegados ao 23º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, revela o perfil da militância no movimento docente de 1º e 2º grau. Co-edição CEDI-CNTE. A sair.

Tese diz que professor só pensa em dinheiro

Presente sempre na pauta de reivindicações, a melhoria da qualidade do ensino não é o motivo que tem levado os professores da rede municipal a votarem nas assembleias a favor de greves. Esses movimentos são associados sempre a reivindicações salariais, o que demonstra uma postura corporativista da categoria. A afirmação não parte de nenhum órgão do governo interessado em esvaziar mobilizações, mas de um professor, Rogério Forti, 27, em sua tese de mestrado na PUC-RJ.

Em sua tese, cujo título é *A greve no magistério público*, Forti também discute o aspecto ético das sucessivas interrupções do ano letivo. Para ele, o professor, na medida em que usa a greve como principal meio de mobilização na busca por melhores salários, prejudica as classes menos favorecidas da população, que são as que mantêm os filhos nas escolas públicas. Por

isso, Forti acha necessário que os professores pensem em nova formas de luta, como a de estabelecer um contato mais permanente com a comunidade onde atua, não restrito apenas aos momentos de greves.

Foram ouvidos 27 professores de duas escolas da Zona Sul do Rio. Desses, apenas cerca de 10% citaram a qualidade do ensino como motivo que os leva a optar pelos movimentos grevistas. "Como a greve não resulta em benefícios salariais, o professor tende a achar que ela é ineficaz. Ele até faz greve por que a situação é desesperadora. Mas existe uma realidade que o professor não vê, que é a conquista de outros benefícios, como o plano de carreira e eleições de diretores", afirma. Segundo Forti, não é possível reduzir a questão da escola pública apenas às reivindicações salariais. (Élida Vaz/O Globo, 25/3/92)

LBA deixa creches na penúria

No último Natal foi a última vez que as 75 crianças da creche-orfanato Recanto da Paz comeram carne. De lá para cá, o cardápio de todos os almoços e jantares servidos pela dona da instituição, Zaira Souza da Silva, uma espírita que abriu mão do casamento para se dedicar às crianças, é sempre o mesmo: arroz, feijão, verduras e fubá. O estado de penúria vivido pelas crianças da creche, que fica na Ceilândia (DF), está diretamente ligado à escassez de recursos públicos.

Atualmente a Legião Brasileira de Assistência (LBA) paga às creches conveniadas Cr\$ 10.920,00 ao mês por criança que permaneça 8 horas na instituição. Para as que fi-

cam 4 horas, são apenas Cr\$ 5.460,00 mensais. Além de pagar pouco, a LBA está repassando os valores com um mês de atraso. Até o fim do ano passado, as entidades recebiam sempre no final de cada mês, mas como o Tesouro Nacional só está liberando os recursos trimestralmente, desde o início do ano a LBA começou a pagar a cada dois meses.

A LBA mantém 114 creches próprias, 50 no Nordeste, 30 no Sul, 19 no Sudeste, 11 no Norte e 4 no Centro-oeste. Mantém convênio ainda com 5.052 entidades particulares, 2.115 municipais e 44 estaduais. Para isso, a LBA conta em 92 com um orçamento de Cr\$ 421,7 bilhões. (Mauren Rojahn/JB, 29/3/92)

Estaduais encerram greve derrotada no RJ

Os profissionais da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro decidiram, em 2/4, em assembleia que reuniu cerca de 1,5 mil pessoas, terminar a greve que já durava 24 dias. Resolveram ainda que não vão repor as aulas.

"Não é vergonha admitir que somos da greve sem conseguir nada. E por culpa do governador Leonel Brizola, que não quis nego-

ciar, a categoria volta às aulas desgastada, desanimada e sem perspectivas", avaliou a presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Florinda Lombardi. Depois da assembleia, cerca de 500 professores, alunos e pais fizeram uma passeata, protestando contra a falta de vagas, as más condições físicas da rede escolar, a falta de professores e os baixos salários. (O Globo, 3/4/92)

TV Record censura programa da Apeoesp

O programa *Primeira Aula*, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), foi cancelado dois dias antes de sua exibição pela TV Record, que rompeu acordo com o sindicato. O programa, que iria ao ar aos sábados, a partir de 4 de abril, tem como objetivo ampliar a comunicação da Apeoesp com "os professores e a comunidade de pais e alunos interessados na defesa da escola pública e na melhoria da qualidade do ensino", segundo nota à imprensa assinada por João Felício, presidente do sindicato.

Segundo Felício, a veiculação do programa custaria cerca de Cr\$ 50 milhões, o que demonstra que os trabalhadores não têm espaço em alguns meios de comunicação, nem pagando o proibitivo preço estipulado pela própria emissora. Rompendo o acordo de forma unilateral, a TV Record mostra "que continua com o rabo preso com os seus próprios interesses políticos", afirma o sindicalista. (CEDI, 3/4/92)

Escolas públicas cobram taxas ilegais

A cobrança ilegal de taxas nas escolas estaduais do Rio de Janeiro está sendo apurada em quatro sindicâncias abertas pela Secretaria de Educação. A contribuição que chega a Cr\$ 20 mil em algumas escolas é feita no período de matrícula e normalmente é paga em agências do Banerj em nome da Associação de Assistência ao Educando (AAE) de cada escola. Há cerca de 900 associações na rede.

A cobrança de contribuições nos períodos de matrículas escolares, a exigência de contribuição pecuniária para a merenda escolar ou a sua fixação para a caixa escolar, ou para a associação de pais e mestres, são proibidas pela Lei 783 e pelo próprio estatuto das AAEs.

Para Marcos Franco, da Secretaria da Educação, a cobrança de taxas é uma forma velada de limitar o acesso à escola pública. Ele estranha o fato de os diretores das escolas, que sempre ocupam a presidência das AAEs, alegarem que os recursos são destinados à manutenção do prédio e compra de material, se não pedem reformas à secretaria. (Nívia Carvallo/O Globo, 9/4/92)

Presidente peruano dá um "autogolpe" e manda fechar o Congresso

Os tanques tomaram as ruas de Lima, capital do Peru. Às dez horas da noite de domingo, 5 de abril, o presidente Alberto Fujimori anunciou o golpe pela televisão. Contando com o apoio militar, Fujimori suspendeu as garantias constitucionais, ordenou o fechamento do Parlamento e a reestruturação do sistema judiciário, nomeando um novo governo de "emergência e reconstrução nacional". Os presidentes da Câmara e do Senado, bem como políticos de destaque da oposição, estão sob prisão domiciliar. Os meios de comunicação ficaram sob censura: alguns jornais saíram com páginas em branco em sinal de protesto, enquanto havia militares postados nas emissoras de rádio. A população, salvo raras exceções, não reagiu. Segunda-feira foi um dia praticamente normal em Lima: bancos, comércio e fábricas funcionaram, somente as escolas e as universidades permaneceram fechadas. Enquanto isso os militares cercaram o palácio do Congresso Nacional e a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores, o maior sindicato do país, ligado ao Partido Comunista. O novo governo empossado por Fujimori na noite de segunda-feira pouco difere do anterior. Foram substituídos somente o primeiro-ministro, Alfonso Perez Albela, que havia se demitido algumas horas após o golpe, e o ministro da Agricultura. Fujimori parece querer manter uma aparente legalidade. "Não se trata de um golpe de estado convencional" - declarou aos jornalistas presentes ao ato de

posse do novo governo - "e sim de uma mudança de rota que vai de encontro à vontade do povo peruano. Com essas mudanças, foi restabelecida a legitimidade do Estado e a verdadeira prática democrática".

Fujimori, surpreendentemente eleito em junho de 1990, derrotando na época o candidato mais cotado, o escritor Mario Vargas Llosa, encontrou-se diante da difícil tarefa de governar o país sem ter uma efetiva experiência política ou uma adequada sustentação parlamentar. Fiel aliado dos Estados Unidos e seguidor dos ditames do FMI, que castigam brutalmente a já carente população do país, o presidente peruano estava perdendo cada vez mais a popularidade e não estava conseguindo ver aprovados pelo Congresso suas propostas de política econômica ou seus projetos de lei de combate ao terrorismo.

Ainda é cedo para maiores previsões mas provavelmente o golpe foi uma tentativa de reverter a situação existente, e as fontes do governo falam hoje de pelo menos um ano de duração "necessária" do golpe.

Mais da metade dos 22 milhões de peruanos vive abaixo da linha da pobreza, a droga é a maior indústria nacional e uma vasta porção do território peruano é cenário, há mais de dez anos, de uma cruel e sangrenta guerra civil contra os guerrilheiros maofistas do Sendero Luminoso. Fujimori teve, desde o início de seu governo, atitudes bastante "firmes". O plano econômico por ele adotado, mais conhecido por "Fujichoque" consistiu em um au-

mento brutal de todos os impostos e tarifas e o desmantelamento dos poucos serviços sociais que ainda restavam no país. Tacitamente o governo deu liberdade de ação aos militares empenhados contra o Sendero e os Tupac Amaru, outro grupo guerrilheiro, embora as forças armadas peruanas tenham ao longo dos anos se distinguido pela brutalidade e o desrespeito aos direitos humanos.

As reações da comunidade internacional ao golpe peruano foram cautelosas e lentas: assim como alguns governos latinoamericanos, os EUA disseram inicialmente estarem "observando com atenção os eventos". Somente 24 horas depois do golpe, a Casa Branca, sob pressão das organizações em defesa dos direitos humanos e de influentes parlamentares, anunciou para a Organização dos Estados Americanos (OEA) o corte da ajuda econômica e militar para o país (320 milhões de dólares previstos para este ano). O Conselho Permanente da OEA deverá reunir os ministros do exterior de seus 35 países membros para avaliar as consequências do "autogolpe" e estudar eventuais sanções econômicas para procurar forçar a volta da legalidade no país. Enquanto isso o Japão anunciou oficialmente que sua política de ajuda econômica ao Peru não vai mudar. Esta ajuda perfaz um total de aproximadamente 100 milhões de dólares anuais, estabelecidos em recente visita do presidente Fujimori ao Japão, país de origem de seus pais. (CEDI, 8/4/92)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL

Oficial**RIO - 92**

Rio-92
 Fórum Global
 Fórum Global

Paralela**FÓRUM GLOBAL**

Aconteceu

Agenda de Eventos

A questão ambiental está na ordem do dia. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, que se avizinha, reúne expectativas em torno da construção de um novo paradigma orientado pelo desenvolvimento sustentável. A sociedade civil se mobiliza para a organização do Fórum Global, que expressará suas preocupações.

O Suplemento Especial publicado na edição do **ACONTECEU** nº 575, setembro/91, proporcionou aos leitores uma visão de conjunto sobre estes dois importantes eventos, a Conferência Oficial (Rio-92) e a Paralela (Fórum Global).

O presente Suplemento oferece uma agenda dos principais encontros,



seminários e congressos que constituem o processo preparatório, tanto no âmbito oficial (marcadas com asterisco *) como no paralelo.

Ao final estão relacionados alguns documentos e relatórios que expressam pontos de vista governamentais e da sociedade civil sobre temas em debate.

AGENDA DE EVENTOS RIO-92(*)/FÓRUM GLOBAL

ABRIL

- 22 a 29
2ª Conferência Ministerial de Países em Desenvolvimento sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
Kuala-Lumpur, Malásia.
- 24 a 26
8º Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs. Promoção: Fórum Brasileiro de ONGs.
Belo Horizonte, MG.
Discutirá o Relatório da Sociedade Civil e as proposições para a Conferência Mundial de Movimentos Sociais e ONGs - Compromissos para o Futuro.
Informações: tel (021) 285-1212 / fax (021) 205-7537
- 27 a 29
Reunião de Parlamentares Latinoamericanos sobre a Rio-92. Promoção: Parlamento Latino Americano e PNUD.
Memorial da América Latina, São Paulo, SP.

MAIO

- 8 a 16
Projeto Omame. Promoção: Fundação Cidade da Paz (Funcipaz) e Movimento Artistas pela Natureza.
Brasília, DF.
O projeto reunirá 110 artistas de diversos países com o objetivo de difundir a idéia de que o restabelecimento da saúde e da harmonia do planeta passa pela tomada de consciência e de atitudes ecológicas internas aos seres humanos.
Informações: Márcio Santa Rosa, Projeto Omame
a/c Fórum Global
tel (021) 285-5190
- 15 a 17
Conferência Nacional "Sindicalismo e Meio Ambiente". Promoção: Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apoio: Prefeitura de Santos.
Santos, SP.
Informações: CNMA-CUT
tel (011) 255-7500
- 16 a 29
Projeto Ver de Trem
Trem com 90 passageiros sendo 30 jornalistas, 30 ambientalistas e 30 pesquisadores. Sai de Salvador (BA) no dia 16 e chega a Belo Horizonte (MG) dia 21, para participar do "Green Press". Dia 25 deixa Belo Horizonte com destino ao Rio de Janeiro, chegando dia 29. Realização de show na Central do Brasil com a participação de Gilberto Gil e Tânia Alves. No percurso vai parando e realizando palestras e pesquisas.
Informações: Ver de Trem
tel (071) 321-2339
- 20 a 23
6ª Reunião Anual dos Coordenadores do Projeto Megacidades. Promoção: Centro de Pesquisas Urbanas do Ibam.
Ibam, Rio de Janeiro, RJ.
O projeto está voltado a 15 das 23 megacidades que têm ou terão mais de dez milhões de habitantes no ano 2000.
Informações: Marlene Fernandes e Deborah Levinson. Ibam
tel (021) 266-6622 / fax (021) 537-1262
- (*) 20 a 24
Encontro Internacional de Jornalistas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Green Press.
Promoção: Organização Internacional de Jornalistas e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).
Belo Horizonte, MG.
Reunião com cerca de 150 jornalistas para estimular a reflexão sobre o papel destinado à mídia na defe-

AGENDA DE EVENTOS RIO-92(*)/FÓRUM GLOBAL

sa do meio ambiente, no contexto do desenvolvimento econômico e social.

Informações: Fenaj/Núcleo de Ecologia
tel (061) 223-7002 / fax (061) 321-8640

• 21 a 31

Conferência Indígena sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Promoção: Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência e Comissão Internacional Indígena (IIC).
Aldeia Kari-Oca, Colônia Juliano Moreira, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.
A Conferência, em aldeia especialmente construída na Serra da Pedra Branca, visa criar oportunidades para que representantes indígenas de todo o mundo possam preparar sua própria agenda, declarações e estratégias.

Informações: Rua Mariz e Barros, 13/13º andar
20270 - Rio de Janeiro - RJ
tel (021) 273-2212 ramais 2108/2192

• 24 a 28

Conferência Internacional Terra, Ecologia e Direitos Humanos. Promoção: Departamento Rural da CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Prefeitura de Vitória e outros.
Vitória, ES.

Discutirá a questão ambiental associadas às questões da reforma agrária, dos povos indígenas, dos direitos humanos e da produção agrícola para produzir subsídios que ofereçam alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, bem como influenciar nas decisões que serão tomadas na Rio-92.

Informações: tel (011) 573-6613

• 24 a 29

Conferência Mundial de Monitoramento de Florestas. Promoção: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Joint Research Center (Comunidade Européia) e outros.
Novotel, São José dos Campos, SP.

Enfaticizará a avaliação sobre o estado atual da cobertura mundial de florestas, apresentando os resultados mais recentes disponíveis, as metodologias de monitoramento e a tecnologia espacial existentes e a formulação de recomendações para a Rio-92.

Informações: tel (0123) 41-8977 / fax (0123) 21-8743

2º Simpósio Internacional sobre Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas - Forest 92.

Promoção: Rebraf, UnB, Biosfera e outros.

Hotel Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Visa a fornecer informações sobre o estado atual do conhecimento sobre as florestas tropicais e seus recursos, possíveis alternativas de desenvolvimento e manutenção da biodiversidade.

Informações: Comissão Organizadora
Caixa Postal 3591
20001 - Rio de Janeiro - RJ
tel (021) 521-7896/295-4347 / fax (021) 262-5946/521-1593

1º Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Grandes Centros Urbanos - Eco-Urbs 92. Promoção: Ibam, Clube de Engenharia, UERJ e outros.

Hotel Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Pretende efetuar um levantamento dos problemas ambientais e sugerir proposições para os grandes centros urbanos.

Informações: Comissão Organizadora
Caixa Postal 3591
20001 - Rio de Janeiro - RJ
tel (021) 521-7896/295-4337 / fax (021) 262-5946/521-1593

4º Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente - Ambiente 92. Promoção: Feema, Clube de Engenharia, UERJ e outros.

Hotel Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Discutirá o tema desenvolvimento e proteção ambiental visando à produção de subsídios para uma nova estratégia de desenvolvimento.

Informações: tel (021) 232-3263 / fax (021) 507-1334

AGENDA DE EVENTOS RIO-92(*)/FÓRUM GLOBAL

• 25 a 29

Encontro Nacional de Universidades, Sociedades Científicas e Institutos de Pesquisa - Meio Ambiente e Desenvolvimento. Promoção: SBPC, Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ.
Rio de Janeiro, RJ.

Informações: Av. Pasteur, 250
22290 - Rio de Janeiro - RJ

• (*) 28 a 29

Fórum Mundial das Cidades. Promoção: Prefeitura de Curitiba e PNUD. Curitiba, PR.

Reunirá especialistas internacionais para promover o intercâmbio de experiências sobre as questões urbanas, culminando com a elaboração de um documento para a Rio-92.

Informações: tel (041) 352-1414 / fax (041) 253-6679

• (*) 28/5 a 6/6

Simpósio Internacional sobre Tecnologias Ambientais Ecotech Rio-92. Promoção: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia.

Pólo de Cinema e Vídeo, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.

Debaterá o acesso às novas tecnologias desenvolvidas em instituições de pesquisa, nacionais e estrangeiras, relacionadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Pretende divulgar os resultados de pesquisas científicas e tecnológicas ambientais desenvolvidas no Brasil e no exterior.

Informações: Certame Eventos Promocionais Ltda.
Rua México 11/201
20031 - Rio de Janeiro - RJ
tel (021) 220-3386 / fax (021) 240-8195

• 28 a 30

Conferência Sindical Internacional sobre Meio Ambiente e Modelo de Desenvolvimento. Promoção: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit)
São Paulo, SP.

Informações: CIOSL/Orit
tel (011) 223-2174 / fax (011) 223-2153

• 30 e 31

1º Encontro Planetário de Partidos Verdes. Promoção: Partido Verde.

Hotel Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Reunião de parlamentares e filiados de partidos verdes de diversos países para discutir a Rio-92.

Informações: Patrícia Kranz
tel (021) 220-5188/292-4141 ramais 255/414 / fax (021) 532-1834

• 31/5 a 2/6

Fórum Internacional de Reforma Urbana. Promoção: Fase/RJ, Polis, Ansur. Rio de Janeiro, RJ.

Discutirá o desenvolvimento sustentável e a reforma urbana, o ambiente urbano e qualidade de vida.

Informações: tel (021) 262-2565/220-7198

JUNHO

• 1 a 7

Encontro Ecumênico Eco-92 - Buscando um novo Céu e nova Terra: uma resposta ecumênica à Cúpula da Terra. Promoção: Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu), RJ.

A temática do encontro será *Justiça, Paz e Integridade da Criação de Deus*, relacionando a ecologia à criação e à justiça social. Um documento final será encaminhado à Rio-92.

Informações: CEDI
tel (021) 224-6713 ramal 29

• 1 a 12

Parlamento da Terra. Promoção: Coalizão Global pela Diversidade Biocultural e Sociedade Internacional de Etnobiologia.

Fundação Progresso, Rua dos Arcos, s/n, Lapa, Rio de Janeiro, RJ.

Encontro internacional dos povos indígenas e tradicionais com ambientalistas e cientistas, para estabele-

AGENDA DE EVENTOS RIO-92(*)/FÓRUM GLOBAL

cer elos entre os participantes, informar o público, documentar sistemas alternativos e desenvolver estratégias para fortalecer o papel das comunidades locais no estabelecimento das prioridades globais. Buscar o reconhecimento das contribuições intelectuais e científicas dos povos indígenas e tradicionais.
Informações: tel (021) 552-7933

Amazon Village. Promoção: Amanaka'a Amazon Network (NY), Amazon Village (NY) e outros.
Circo Voador, Rua dos Arcos, s/n, Lapa, Rio de Janeiro, RJ.

Durante o dia será um espaço aberto para o intercâmbio entre os povos da floresta e o público. À noite promoverá uma série de shows, com artistas nacionais e estrangeiros, cuja renda será revertida para um fundo de apoio a projetos comunitários na Amazônia.

Informações: tel (021) 252-8846/252-8231

• 1 a 14 — Rio-92

1 e 2 Encontros preliminares

3 Abertura Solene

4 e 5 Reuniões de trabalho

6 e 7 Fim-de-semana livre

8 a 11 Reuniões de trabalho

12 Reunião final do plenário

13 Cúpula dos chefes de Estado

14 Encerramento.

• 1 a 14 — Fórum Global (na página seguinte quadro com "Alguns eventos do Fórum Global")

• (*) 6 a 11

Feira Internacional de Tecnologia Ambiental- ECO Brasil 92. Promoção: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo, SP.

Feira internacional mostrando as tecnologias disponíveis, nacionais e estrangeiras, para a proteção ambiental e sua aplicação no desenvolvimento econômico e social.

Informações: Alcântara Machado Feiras e Promoções

Rua Basílio Machado, 60

01230 - São Paulo - SP

tel (011) 826-9111 / fax (011) 67-3626

• 7

Passeata de barcos na Baía de Guanabara para conhecer e apontar focos de poluição, organizada pela Prefeitura de Niterói.

NOVEMBRO

• (*) 23 a 28

Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Promoção: União Interparlamentar e Congresso Nacional.

Brasília, DF.

Deverá reunir parlamentares de todo o mundo para discutir os resultados da Conferência Rio-92 e, especialmente, o processo de ratificação dos acordos e convenções em seus respectivos parlamentos.

Informações: tel (061) 311-7210/224-4917 / fax (061) 224-5499/321-8722/211-8052

Alguns Eventos do Fórum Global

Estão previstas até o momento, no âmbito do Fórum Global, cerca de 540 atividades, entre reuniões, seminários e exposições, que serão realizadas entre 1º e 14 de junho.

Apresenta-se, a seguir, uma breve descrição de algumas dessas atividades.

• Fórum Internacional de ONGs - Compromissos para o futuro

Coordenado pelo Fórum Internacional de ONGs, é um encontro de ONGs e movimentos sociais de todo o mundo, que deverá expressar a posição da sociedade civil em relação às questões da Rio-92.

• Decisões para Mudar o Diálogo Intersetorial

O este evento está sendo organizado pelo Centro para o Nosso Futuro Comum, que representa o IFC (Comitê Internacional de Cooperação) na coordenação do Fórum Global e o Development Alternatives (Nova Délhi, Índia). O objetivo é reunir 100 representantes dos diferentes setores, para analisarem as identidades e diferenças em suas posições expressas ao longo do processo da Rio-92. Será produzido um relatório analítico definindo uma agenda para o diálogo intersectorial na próxima década.

• Cúpula Parlamentar da Terra

Organizado pelo Fórum Global de Líderes Espirituais e Parlamentares para a Sobrevivência Humana, ocorrerá na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Essa organização representa legisladores e líderes religiosos do mundo inteiro e deverá discutir a priorização da dimensão humana e social na Rio-92.

• Centro de Atividades das Mulheres

Será a sede do planeta Fêmea com uma programação regular de grupos de trabalho, debates, palestras e plenárias.

• Crianças e Jovens

Várias atividades serão promovidas por e para jovens. Destacam-se: Encontro de Ação da Juventude Mundial e o Fórum do Futuro. O primeiro objetiva avaliar e influir nas decisões da conferência quanto aos temas de interesse dos jovens do mundo. O segundo pretende proporcionar às crianças um espaço para discutirem assuntos de seu interesse e também patrocinar discussões sobre os meninos e meninas de rua, a violência contra crianças e a discriminação.

• Eventos especiais e culturais

Árvore da Vida (Tree of Life)

A árvore será formada por milhares de mensagens em formato de folhas, coletadas em todo o mundo e trazidas para o Rio.

Vozes das Crianças (Voice of the children)

O objetivo é abrir um canal de comunicação entre as crianças e os líderes mundiais. Inúmeras audiências com crianças foram realizadas em mais de 30 países e uma audiência no Brasil oferecerá às crianças de todas as regiões do país a oportunidade de falar diretamente aos líderes mundiais.

A viagem do Gaia

A réplica de um veleiro viking do século 10, o Gaia, zarpará de Bergen, na Noruega, em 17/5/91, para uma viagem de 13 meses rumo ao Rio de Janeiro. O veleiro traz a bordo mensagens de crianças do mundo endereçadas aos líderes mundiais.

Uma agenda completa de atividades pode ser obtida junto ao Fórum Global 92 — Hotel Glória, Prédio Anexo, sala 366 — Rua do Russel, 632 — Cep 22212 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil
tel (5521) 556-3030 — Fax (5521) 205-4114

Publicações e Documentos

Relacionamos, a seguir, indicações sobre publicações e documentos que compõem o quadro da discussão sobre a Conferência.

- Declaração de Tlatelolco

Documento final da reunião regional preparatória para a CNUMAD dos governos da América Latina e do Caribe, ocorrida em março de 1991 na Cidade do México. O documento expressa as posições desses governos a respeito do temário da conferência. Cópias: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal - Ed. Naciones Unidas, Av. Dag Hammarskjöld, Casilla 179-B Santiago, Chile

- **Business Charter for Sustainable Development (Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentado)**

Declaração de princípios elaborada na Segunda WICEM (World Industry Conference on Environmental Management - Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental) ocorrida em Rotterdam (Holanda) em abril de 1991. A carta parte do princípio da existência de uma identidade de interesses entre "um meio ambiente saudável" e "bons negócios" e que a economia de mercado é a garantia de formas de desenvolvimento sustentado. Cópias: International Chamber of Commerce - Cours Albert 1er, 75008 Paris, França

- **Declaración de los Andes**

Documento final da reunião de Las Leñas ocorrida em abril de 1991 e que reuniu organizações não-governamentais de toda a América Latina para examinar o temário da Rio-92 do ponto de vista da sociedade civil latino-americana. Cópias: Fundación Ambiente y Recursos Naturales - Farn - Monroe 2142, (1428) - Buenos Aires, Argentina
tel (54 1) 781-9171 / fax (54 1) 781-6115

- **Human Development Report (Relatório sobre Desenvolvimento Humano)**

Relatório do PNUD que mede a "riqueza das nações" não somente através do PIB, mas cruzando índices sociais tais como educação, saúde, saneamento, emprego, moradia, mortalidade, compondo assim um índice da "qualidade de vida" para os cidadãos de cada país. Cópias: PNUD - SCN Q2, Bloco B, Ed. Nações Unidas, 70710 - Brasília - DF

- **Women and Children First (Mulheres e Crianças Primeiro)**

Documento final do simpósio do mesmo nome organizado em Genebra em maio de 1991 pelo secretário da CNUMAD em colaboração com a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNFPA (Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais) e o governo da Dinamarca. O documento analisa os impactos da pobreza e da degradação ambiental sobre as mulheres e as crianças e reivindica um enfoque prioritário para elas nas políticas de desenvolvimento e proteção ambiental. Cópias: Filomena Steady, Unced - 160 route de Florissant, CH 1231 Conches, Suíça

- **Declaração de Beijing**

Documento final da Primeira Conferência Ministerial de Países em Desenvolvimento sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em Beijing (China) em junho de 1991. Ministros do meio ambiente e/ou relações exteriores de 41 países em desenvolvimento chegaram a posições comuns sobre mudanças climáticas, biodiversidade e florestas e enfatizaram a maior responsabilidade do Norte pelos problemas ambientais globais e a sua obrigação de fornecer recursos financeiros e tecnologia em bases favoráveis aos países do Sul. Cópias: National Environmental Protection Agency of China - 115 Xizhimennei Nanxiaoje, Beijing 10035 - República Popular da China

- **Oslo Declaration on Environment, Health and Lifestyle (Declaração de Oslo sobre Meio Ambiente, Saúde e Estilos de Vida)**

Documento final do 30º Congresso Mundial da Iula (International Union of Local Authorities - União Internacional de Governos Municipais). A declaração explicita as obrigações de governos municipais na busca de formas de desenvolvimento sustentáveis e recomenda a formação de "comissões municipais de desenvolvimento sustentado" com representantes de governos municipais, sindicatos e entidades patronais, indústria e comércio e movimentos comunitários. Cópias: Iula - P.O. Box 90646, 2509 LP The Hague - Holanda

- **Caring for the Earth - A Strategy for Sustainable Living (Cuidando do Planeta - uma estratégia para uma vida sustentável)**

Relatório publicado pela União Mundial pela Conservação (IUCN), PNUMA e Fundo Mundial pela Natureza (WWF) e que representa uma atualização e aprofundamento da "Estratégia Mundial para a Conservação", publicada na década de 80. Outubro de 1991. Cópias: IUCN - rue du Mont-Blanc, CH-1196 Gland, Suíça

- **Mulheres por um Planeta Saudável**

Documento final do Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, ocorrido em Miami de 8 a 12 de novembro de 1991. O Congresso teve como objetivo assegurar a participação organizada das mulheres na CNUMAD. O texto da declaração está publicado em *Mulher e Meio Ambiente*, CIM/CEDI, março de 1992. Cópias: CEDI - Avenida Higienópolis 983, 01238 - São Paulo - SP

- **Agenda Ya Wananchi**

Documento final da conferência 'Raízes do Futuro' ocorrida em Paris de 17 a 20 de dezembro de 1991. Reuniu 800 representantes de organizações não-governamentais de desenvolvimento, ambientalistas e de outros movimentos populares, das quais 600 de países em desenvolvimento. O documento, cujo nome significa "filhos e filhas da terra" em *swahili*, é um "esboço de um plano de ação para os anos 90".

Cópias: Ravi Sharma – Environment Liaison Centre International – P.O. Box 72461 – Nairobi, Quênia (uma versão em português está sendo preparada)

- **Dublin Statement (Declaração de Dublin)**

Documento final da International Conference for Water and the Environment (Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente) ocorrida em Dublin (Irlanda) de 26 a 31 de janeiro de 1992. A conferência buscou identificar os problemas referentes à água doce e propor medidas à Rio-92. Os princípios básicos da declaração são de que água doce é um recurso finito; seu gerenciamento exige ampla participação de governos, planejadores e consumidores; as mulheres têm um papel central no bom gerenciamento da água. Cópias: World Meteorological Organization – 41 avenue Giuseppe Motta, 1211 Genebra, Suíça

- **Saving Our Planet - Challenges and Hopes (Salvando Nosso Planeta - Desafios e Esperanças)**

Relatório básico que o Pnuma apresentou à CNUMAD. O documento analisa como o meio ambiente tem sido tratado desde a Conferência de Estocolmo em 1972, e conclui que, na maioria dos casos, as condições têm piorado. Cópias: Pnuma – P.O. Box 30552 – Nairobi, Quênia

- **Carta de Manaus**

É uma declaração política elaborada pelos países do Pacto Amazônico (Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Suriname, Guiana), em reunião presidencial ocorrida em Manaus, de 9 a 11 de fevereiro de 1992. Objetivou unificar as posições dos países envolvidos para a Rio-92. A Carta responsabiliza os países ricos pela deterioração progressiva do planeta e afirma que a solução dos problemas ambientais está intimamente ligada a uma nova atitude de cooperação internacional e na resolução do problema da dívida externa. A posição conjunta foi também detalhada em documento, abordando 11 temas. (fontes: *Gazeta Mercantil*, 11/2/92 e *O Estado de S.Paulo*, 12/2/92)

- **Carta de Canela**

Documento final da reunião presidencial dos países do Mercosul (Brasil, Paraguai, Argentina, Chile e Uruguai) ocorrida em Canela (RS) nos dias 21 e 22 de fevereiro de 1992, visando a unificar as posições para a Rio-92. Ao contrário dos países amazônicos, os do Cone Sul preferiram abandonar a crítica aos países ricos e falar em “cooperação solidária”, “recursos adicionais e contínuos para a preservação ambiental” e de “condições especialmente favoráveis para o desenvolvimento de projetos ambientais”. O documento está dividido em dez pontos e prevê quatro linhas básicas: responsabilidade recíproca nas questões de preservação ambiental; exploração dos recursos naturais sem agressão ao meio ambiente; reflorestamento dos bosques nativos e a necessidade de os países desenvolvidos aplicarem recursos nas ações que visem à proteção do ambiente natural. (fonte: *Gazeta Mercantil*, 21/2/92)

- **O Desafio do Desenvolvimento Sustentado**

Relatório governamental brasileiro para a Rio-92. Discute meio ambiente e desenvolvimento relacionados aos problemas econômicos e sociais e elabora um diagnóstico da situação dos principais ecossistemas do país indicando estratégias para colocar em prática o desenvolvimento sustentável. Cópias: Setor de Indústrias Gráficas – Quadra 6, lote 800, 70604 – Brasília - DF

Sigllário

| | |
|--------|--|
| Ansur | Articulação Nacional do Solo Urbano |
| Fase | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| Feema | Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (RJ) |
| Ibam | Instituto Brasileiro de Administração Municipal |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| Pnuma | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| Polis | Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais |
| Rebraf | Rede Brasileira Agroflorestal |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| UERJ | Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UnB | Universidade de Brasília |

ACONTECEU

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Suplemento do nº 588 — Abril de 1992

Rua Santo Amaro, 129

22211 — Rio de Janeiro – RJ

(021) 224-6713 / Fax: (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983

01238 — São Paulo – SP

Fone: (011) 825-5544/Fax: (011) 825-7861

Editor: Orlando Joia

Editora assistente: Lais Menezes

Secretaria de Redação: Beatriz A. Martins –
Vera Feitosa

Editoração Eletrônica: Maria Cristina Ricardo

Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa